II

A despesa ordinária é fixada em 75:400.218\$90.

III

Fica o governador-geral, nos termos do § 3.º do artigo 10.º da Carta Orgânica em vigor, autorizado a inscrever na tabela de despesa do orçamento dos correios, telégrafos e telefones uma verba global destinada à admissão de pessoal assalariado suplementar, até ao montante de 80.000\$.

Ministério do Ultramar, 24 de Dezembro de 1953. — O Ministro do Ultramar, *Manuel Maria Sarmento Rodrigues*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial de Angola e de Moçambique*. — *M. M. Sarmento Rodrigues*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

Decreto-Lei n.º 39 480

Entre outras formas de auxílio a prestar pelo Estado à obra de electrificação nacional, previu a Lei n.º 2 002, de 26 de Dezembro de 1944, na sua base IX, a concessão de empréstimos para o estabelecimento de linhas de transporte e de grande distribuição de energia eléctrica, com respectivas subestações, até ao limite de 50 por cento do seu custo.

Reconheceu-se, posteriormente, a necessidade de revisão das condições fixadas quanto ao auxílio financeiro a prestar pelo Estado, segundo o regime jurídico em vigor. A oportunidade dessa revisão resulta agora evidente, não só em consequência da mutação das condições de facto, verificada desde a promulgação da Lei n.º 2 002 e do Decreto n.º 36 768, de 27 de Fevereiro de 1948, mas também pela necessidade de integrar as modalidades de auxílio na orientação da Lei n.º 2 058, de 29 de Dezembro de 1952, onde estão condensados os princípios informadores da política de fomento económico do Governo e da actividade dos órgãos que hão-de realizá-la.

Com o objectivo de tornar ainda mais amplo e eficaz o referido auxílio, eleva-se de 50 para 60 por cento do custo total das obras o limite máximo dos empréstimos a conceder.

Nestes termos, tendo em vista o disposto na base VI da Lei n.º 2 058, de 29 de Dezembro de 1952;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º O Governo poderá auxiliar o estabelecimento das linhas de transporte e de grande distribuição de energia eléctrica, com respectivas subestações, devendo esse auxílio efectuar-se, qualquer que seja a sua

forma, de harmonia com a Lei n.º 2 058, de 29 de Dezembro de 1952.

Art. 2.º Os auxílios financeiros serão requeridos ao Governo, por intermédio do Ministério da Economia, e os requerimentos serão acompanhados dos elementos informativos e descritivos necessários à conveniente apreciação do pedido.

Art. 3.º O processo, organizado nos termos do artigo anterior, será remetido, com o parecer da Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, ao Fundo de Fomento Nacional para o efeito de estudar e propor ao Conselho Económico a forma de prestar o auxílio a que se refere o presente decreto-lei.

Art. 4.º O Conselho Económico, ao concretizar, de harmonia com a base III da Lei n.º 2 058, de 29 de Dezembro de 1952, os empreendimentos compreendidos nas designações genéricas do Plano de Fomento que deverão ser auxiliados nos termos do artigo 1.º, poderá votar a concessão de empréstimos até ao limite de 60 por cento do custo total das obras a realizar.

Art. 5.º Os empréstimos a conceder obedecerão às seguintes condições:

1.ª A taxa de juro não será superior à taxa de desconto directo do Banco de Portugal, acrescida de 1,5 por cento;

2.ª O início da amortização será diferido por cinco anos, a contar da data que, para cada caso, for fixada pelo Conselho Económico;

3.ª Os juros vencidos no período a que se refere a condição anterior acrescerão, sem contagem de novos juros, ao capital a amortizar nos termos da condição 4.ª;

4.ª Cada empréstimo será amortizado em vinte anuidades, podendo excepcionalmente este número ser elevado a vinte e cinco, nos casos em que o Conselho Económico o julgar justificado.

Art. 6.º O Governo, em decreto referendado pelos Ministros da Justiça, das Finanças e da Economia, poderá rescindir as concessões de que façam parte as obras para cuja execução tenham sido concedidos empréstimos, no caso de não ser paga, dentro do respectivo prazo, qualquer anuidade de juro e amortização.

Art. 7.º Fica revogada a legislação em contrário e designadamente a base IX da Lei n.º 2 002, de 26 de Dezembro de 1944, e o Decreto n.º 36 768, de 27 de Fevereiro de 1948.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 24 de Dezembro de 1953. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *João Pinto da Costa Leite* — *Fernando dos Santos Costa* — *Joaquim Trigo de Negreiros* — *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira* — *Ártur Aguedo de Oliveira* — *Adolfo do Amaral Abranches Pinto* — *Paulo Arsénio Viríssimo Cunha* — *José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich* — *Manuel Maria Sarmento Rodrigues* — *Fernando Andrade Pires de Lima* — *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês* — *Manuel Gomes de Araújo* — *José Soares da Fonseca*.

Para ser presente à Assembleia Nacional.